

Mafra

PREFEITURA

COMUNICADO CIMU 02 - EXTRATO TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Publicação Nº 3172360

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA – CIMU DE MAFRA E RIO NEGRO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NOS MUNICÍPIOS DE MAFRA/SC E RIO NEGRO/PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 246/2021
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2021 – CIMU

AUTORIZANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - CIMU, CNPJ: nº 32.504.571/0001-50.

EMPRESA AUTORIZADA: AGENCIA DE TRANSPORTES LITORAL NORTE/SUL EIRELI, CNPJ: 08.757.538/0001-57.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AUTORIZAR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO E INTERESTADUAL SEMIURBANO DE PASSAGEIROS DE MAFRA/SC E RIO NEGRO/PR, INCLUINDO AS LINHAS ATUAIS E AS FUTURAMENTE CRIADAS OU MODIFICADAS, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO (ANEXO I), NA MODALIDADE CONVENCIONAL, OPERADO COM ÔNIBUS URBANO, SOB O REGIME DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL, ATÉ A FINALIZAÇÃO E ASSUNÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO NO PROCESSO LICITATÓRIO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

PRAZO: O PRESENTE TERMO DE AUTORIZAÇÃO VIGORARÁ PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO CONTADO DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE PERMISSÃO.

VALOR DA TARIFA: A TARIFA ÚNICA DE LINHAS URBANAS E INTERESTADUAL SERÁ DE R\$ 3,95 (TRÊS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME RESOLUÇÃO Nº 01/2021 - CIMU.

DATA DE ASSINATURA: 22 DE JULHO DE 2021.

EMERSON MAAS

Presidente do CIMU de Mafra e Rio Negro

DECRETO Nº 4.584 DE 20 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3171982

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
DECRETO Nº 4.584
DE 20 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DE RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS TITULARES DE CARGO EFETIVO, DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO IPMM (CENSO PREVIDENCIÁRIO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em cumprimento às determinações legais contidas nos art. 3º e 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, nos termos deste Decreto, as normas e os procedimentos para a realização de recadastramento abrangendo todos os servidores públicos ativos titulares de cargo efetivo, aposentados e pensionistas do IPMM.

§ 1º O recadastramento de que trata o caput deverá ser realizado em período não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir de 17/08/2021.

§ 2º A partir de 17/08/2021 e até o dia 24/09/2021 o servidor ativo, aposentado e pensionista poderá realizar o auto recadastramento por meio de aplicativo de celular ou página na internet, seguindo os procedimentos que serão amplamente divulgados pelo IPMM.

§ 3º Para os casos em que houver dificuldade na utilização do aplicativo ou da página na internet, será realizado atendimento presencial no período de 08/09/2021 a 24/09/2021.

§ 4º O posto de atendimento presencial funcionará na sede do IPMM, no horário de 8h às 12h e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta, mediante prévio agendamento do segurado;

§ 5º A critério da administração pública municipal e conforme a demanda, poderá haver outros postos de atendimento presenciais nas secretarias, com dias e horários posteriormente divulgados;

Art. 2º Os servidores públicos ativos titulares de cargo de efetivo deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

I - Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - NIT/PIS/PASEP;

III - Documento de Identidade;

IV - Título de Eleitor;

- V - Carteira Nacional de Habilitação, se motorista;
- VI - Carteira de Trabalho e Previdência Social, Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS ou Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Regime Geral de Previdência Social;
- VII - Certificado de Reservista, se homem;
- VIII - Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável, se casado;
- IX - Documento de Identidade e CPF do cônjuge;
- X - Comprovante de Residência atualizado (emitido a partir de julho/2021). Caso não possua comprovante em seu nome deverá apresentar declaração que consta no anexo único deste Decreto;
- XI - Documento de Identidade ou Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes;
- XII - Comprovação de Invalidez do cônjuge ou dependente assim declarado;
- XIII - Comprovante de Inscrição em Conselho de Classe, se médico, engenheiro, advogado, enfermeiro, contador e demais cargos que assim exigirem;
- XIV - Termo de Posse;
- XV - Fotografia.

Art. 3º Os servidores aposentados deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- I - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - NIT/PIS/PASEP;
- III - Documento de Identidade;
- IV - Título de Eleitor;
- V - Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável;
- VI - Documento de Identidade e CPF do cônjuge;
- VII - Comprovante de Residência atualizado (emitido a partir de julho/2021). Caso não possua comprovante em seu nome deverá apresentar declaração que consta no anexo I deste Decreto;
- VIII - Documento de Identidade ou Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes;
- IX - Comprovação de Invalidez do cônjuge ou dependente assim declarado;
- X - Portaria de Concessão do benefício
- XI - Fotografia.

Art. 4º Os pensionistas deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- I - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - NIT/PIS/PASEP;
- III - Documento de Identidade;
- IV - Título de Eleitor;
- V - Documento de Identidade e CPF do ex-servidor (a) falecido(a);
- VI - Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável ou Sentença Declaratória de União Estável;
- VII - Certidão de Óbito do ex-servidor (a) falecido(a);
- VIII - Comprovante de Residência atualizado (emitido a partir de julho/2021). Caso não possua comprovante em seu nome deverá apresentar declaração que consta no anexo I deste Decreto;
- IX - Comprovação de Invalidez, se assim declarado;
- X - Portaria de concessão do benefício;
- XI - Fotografia.

Art. 5º A entrega presencial dos documentos por intermédio de representante legal do servidor ativo, inativo e pensionista, no período de 08/09/2021 a 24/09/2021, somente será aceita na hipótese de impossibilidade de realizar o auto recadastramento em decorrência de problema de saúde, devendo ser apresentado atestado médico que a comprove.

§1º O representante legal ao entregar os documentos no posto de recepção, deverá agendar visita domiciliar, como condição de conclusão do recadastramento.

§2º O representante legal deverá apresentar procuração pública com poderes específicos para representar o interessado junto ao IPMM.

Art. 6º O servidor ativo, inativo ou pensionista que não se recadastrar no prazo determinado no §2º do art. 1º deste Decreto terá o pagamento suspenso no mês posterior ao término do recadastramento.

§ 1º O pagamento somente será restabelecido após seu comparecimento ao IPMM, onde deverá apresentar toda a documentação exigida.

§ 2º Cumpridas as exigências de que trata o §1º do caput deste artigo, caso o servidor compareça até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao bloqueio do pagamento, o restabelecimento do seu pagamento dar-se-á no referido mês da regularização. Após esse prazo, o pagamento ocorrerá no mês seguinte, com o lançamento dos valores atrasados.

Art. 7º Os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Município deverão participar, no âmbito de suas respectivas competências, da execução do recadastramento, inclusive facilitando a divulgação e atendendo, no que lhes couber, ao disposto neste Decreto.

Art. 8º Fica o representante legal da Unidade Gestora do RPPS de Mafra autorizado a expedir os atos normativos complementares que venham a ser necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 08 de julho de 2021.

EMERSON MAAS

PREFEITO MUNICIPAL DE MAFRA

CELINA DITTRICH VIEIRA
VICE-PREFEITA MUNICIPAL

CRISLEY MARIA FUCHS VALÉRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, residente à _____
_____, Cidade _____ UF _____ CEP: _____ - _____, CPF nº _____
_____, RG nº _____, Órgão Exped. _____, declaro que _____
_____, CPF nº _____ reside comigo ou em imóvel de minha propriedade.
Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

_____, ____/____/____.
Local Data

Assinatura do Declarante

Importante:

- 1) Reconhecer firma desta declaração
- 2) Anexar Comprovante de Residência em nome do Declarante

DECRETO Nº 4.587 DE 21 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3171198

DECRETO Nº 4.587

DE 21 DE JULHO DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2021.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, artigo 5º, da Lei nº 4.487 de 27 de agosto de 2020 e em conformidade com artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Público Municipal de 2021 até o valor de R\$ 431.000,00(quadrocentos e trinta e um mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 17001 - ADM. E GERÊNCIA DE APOIO AO ENSINO
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 30 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ação: 2.220 - Manutenção dos Serviços de Apoio a Educação
Despesa: (4) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.01 - Receita de Impostos e de Transferências – Educação
R\$ 431.000,00 (quadrocentos e trinta e um mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 17001 - ADM. E GERÊNCIA DE APOIO AO ENSINO
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 30 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ação: 2.220 - Manutenção dos Serviços de Apoio a Educação
Despesa: (2) 3.1.91.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.01 - Receita de Impostos e de Transferências – Educação
R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra